



Colégio 00001 Sala 0001 Ordem 0001

Fevereiro/2016

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de **Técnico Judiciário** **Área Administrativa**

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'I09', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A persistência é o caminho do êxito em qualquer dificuldade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

C. Gerais / C. Específicos / Discursiva-Redação

Cargo ou opção I09 - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

Tipo gabarito 1

001 - D	011 - E	021 - B	031 - B	041 - E	051 - C
002 - A	012 - B	022 - C	032 - C	042 - B	052 - B
003 - D	013 - C	023 - A	033 - C	043 - C	053 - D
004 - C	014 - A	024 - D	034 - A	044 - A	054 - E
005 - B	015 - B	025 - B	035 - D	045 - B	055 - C
006 - E	016 - A	026 - E	036 - B	046 - C	056 - A
007 - E	017 - B	027 - D	037 - E	047 - A	057 - A
008 - D	018 - C	028 - A	038 - E	048 - E	058 - B
009 - C	019 - B	029 - E	039 - D	049 - D	059 - E
010 - D	020 - A	030 - A	040 - A	050 - D	060 - D

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Constitucional**

21. Ao dispor sobre os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, a Constituição prevê, expressamente, como (1) fundamento, (2) objetivo e (3) princípio de relações internacionais da República:

	(1) Fundamento	(2) Objetivo	(3) Princípio de relações internacionais da República
A	a soberania	a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária	a solução dos conflitos pela arbitragem
B	os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	a garantia do desenvolvimento nacional	a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade
C	a cidadania	a promoção de formas alternativas de geração de energia	a independência nacional
D	a dignidade da pessoa humana	a proteção da infância e da juventude	a concessão de asilo político
E	o parlamentarismo	a construção de uma sociedade livre, justa e igualitária	a defesa da paz

22. A respeito dos direitos políticos, considere:

- I. São condições de elegibilidade, dentre outras, a idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador, trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e vinte um anos para Prefeito, Vice-Prefeito e Juiz de Paz.
- II. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios, inclusive para os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório.
- III. Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- IV. São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, do Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, do Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e III.

23. Sobre as normas constitucionais que versam sobre os servidores públicos,

- (A) o servidor público estável poderá perder o cargo, dentre outras hipóteses, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada a ampla defesa.
- (B) o servidor público será exonerado do serviço público, mediante pagamento de indenização proporcional ao tempo de serviço prestado, paga em parcela única, se seu cargo for extinto.
- (C) a realização de avaliação especial de desempenho é condição facultativa para aquisição da estabilidade por servidores públicos nomeados para cargo de provimento efetivo.
- (D) os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público, vinculados à Administração Municipal, são estáveis após dois anos de efetivo exercício, nos termos da lei, computando-se como de efetivo exercício o período de licença-gestante.
- (E) o salário mínimo deve sempre ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público.

24. Os Estados Unidos da América solicitaram a extradição de "A", cidadão americano atualmente residente no Estado de Mato Grosso, por participação em crime de terrorismo nos Estados Unidos da América. O órgão competente para processar e julgar o feito é o

- (A) Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
- (B) Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso.
- (D) Supremo Tribunal Federal.
- (E) Conselho Nacional de Justiça.

25. Os chamados direitos de primeira geração (ou dimensão) surgiram no século XVIII, como consequência do modelo de Estado Liberal. São exemplos de direitos de primeira geração ou dimensão:

- (A) direito à vida e direito à saúde.
- (B) direito à liberdade e direito à propriedade.
- (C) direito à igualdade e direito à cultura.
- (D) direito ao lazer e direito à moradia.
- (E) direito à saúde e direito ao meio ambiente saudável.



26. A respeito da organização político-administrativa brasileira, prevista na Constituição Federal de 1988,
- (A) compete, exclusivamente, aos Municípios explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os portos marítimos, fluviais e lacustres.
 - (B) é competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal legislar sobre registros públicos.
 - (C) compete, exclusivamente, aos Estados e Distrito Federal legislar sobre juntas comerciais.
 - (D) compete, exclusivamente, à União fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
 - (E) é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.
-
27. Conforme previsto na Constituição Federal de 1988, a respeito da responsabilidade do Presidente da República:
- (A) O Supremo Tribunal Federal tem competência para julgar, originariamente, o Presidente da República nas infrações penais comuns e pela prática de crimes de responsabilidade.
 - (B) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.
 - (C) Admitida a acusação contra o Presidente da República, pela maioria do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade.
 - (D) São crimes de responsabilidade, dentre outros, os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e contra a segurança interna do País.
 - (E) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, pode ser responsabilizado civil e criminalmente por atos estranhos ao exercício de suas funções.
-
28. Sobre as questões envolvendo a nacionalidade brasileira, de acordo com a Constituição Federal de 1988:
- (A) Para aquisição da nacionalidade brasileira, são exigidas aos cidadãos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
 - (B) Para aquisição da nacionalidade brasileira, os estrangeiros de qualquer nacionalidade devem requerê-la e demonstrar que residem na República Federativa do Brasil há mais de cinco anos ininterruptos e que não possuem condenação penal, salvo os cidadãos originários de países de língua portuguesa.
 - (C) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, mesmo que estes estejam a serviço de seu país.
 - (D) Podem ser Ministros do Supremo Tribunal Federal os brasileiros natos e naturalizados.
 - (E) A Constituição Federal veda a ocupação de cargos públicos por estrangeiros.
-
29. A respeito do direito ao trabalho, considere:
- I. É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
 - II. Pessoas a partir de dezesseis anos podem ser contratadas para trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres.
 - III. Nas empresas de mais de duzentos empregados é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
 - IV. Pessoas a partir de doze anos podem trabalhar na condição de aprendiz.
- Está correto o que consta em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) I e IV, apenas.
 - (C) II e IV, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) III, apenas.
-
30. Tereza, empregada de empresa pública do Município de Cuiabá, contratada sob o regime trabalhista, requereu junto à empresa empregadora o fornecimento de certidão informando o tempo de serviço prestado, com o objetivo de ajuizar, posteriormente, reclamação trabalhista para pleitear direito ao recolhimento de contribuições não efetuadas durante o período laborado. A autoridade competente, entretanto, negou-se a fornecer tal certidão. Tereza foi instruída a impetrar Mandado de Segurança contra o ato da autoridade municipal. O órgão judicial competente para julgar originariamente esta ação é
- (A) a Vara do Trabalho de Cuiabá.
 - (B) a Vara da Fazenda Pública de Cuiabá.
 - (C) o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso.
 - (D) o Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) o Supremo Tribunal Federal.

**Noções de Direito Administrativo**

31. Rubens, Diretor de uma autarquia, de âmbito federal, doou à escola particular alguns bens pertencentes à autarquia, como cadeiras e mesas, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie, gerando prejuízo ao erário. Em razão disso, foi processado e condenado por improbidade administrativa. Dentre as sanções impostas, está o pagamento de multa civil de até
- (A) três vezes o valor do dano.
 - (B) duas vezes o valor do dano.
 - (C) cinco vezes o valor do dano.
 - (D) uma vez o valor do dano.
 - (E) cem vezes o valor da remuneração percebida por Rubens.
-
32. Mara, servidora pública federal, pleiteou licença de seu cargo público para acompanhar seu companheiro Mauro, também servidor público federal e que fora deslocado do Mato Grosso para o Estado do Acre. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a licença pleiteada
- (A) caso concedida, será por prazo determinado e sem remuneração.
 - (B) não é cabível, por ausência de previsão legal.
 - (C) caso concedida, será por prazo indeterminado e sem remuneração.
 - (D) caso concedida, será por prazo determinado e com remuneração.
 - (E) não é cabível, pois só se aplica entre cônjuges.
-
33. Considere três critérios que devem ser observados nos processos administrativos de âmbito federal:
- I. Vedação à renúncia total ou parcial de poderes e competências.
 - II. Proibição de cobrança de despesas processuais.
 - III. Divulgação oficial dos atos administrativos.
- Nos termos da Lei nº 9.784/1999, admite EXCEÇÃO o que consta em
- (A) II, apenas.
 - (B) I, apenas.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e II, apenas.
 - (E) III, apenas.
-
34. Gabriel, servidor público federal, exerceu seu direito de petição em defesa de interesse legítimo. Em razão do indeferimento de seu requerimento, formulou pedido de reconsideração à autoridade competente. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o pedido de reconsideração
- (A) interrompe a prescrição.
 - (B) pode ser renovado uma única vez.
 - (C) deve ser interposto no prazo de quinze dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão que pretende ver reconsiderada.
 - (D) deve ser decidido dentro do prazo máximo de noventa dias.
 - (E) caso indeferido, não admite recurso.
-
35. Considere:
- I. A revogação é sempre discricionária.
 - II. O ato vinculado, em regra, pode ser revogado.
 - III. O ato discricionário não comporta anulação.
 - IV. Na revogação, extingue-se ato válido.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) IV.
 - (B) II e III.
 - (C) I, II e III.
 - (D) I e IV.
 - (E) I, II e IV.
-
36. Considere três licitações na modalidade convite: (i) No primeiro convite, o interessado cadastrado na correspondente especialidade manifestou interesse em participar do certame 36 horas antes da apresentação das propostas. (ii) O segundo convite, em virtude de limitações do mercado devidamente justificadas no processo, foi realizado com apenas dois interessados do ramo pertinente a seu objeto, cadastrados, escolhidos e convidados pela respectiva unidade administrativa. (iii) O terceiro convite foi realizado com apenas três interessados do ramo pertinente a seu objeto, não cadastrados, escolhidos e convidados pela respectiva unidade administrativa. A propósito dos fatos narrados e nos termos da Lei nº 8.666/1993, está
- (A) correto apenas o que ocorreu no primeiro convite.
 - (B) correto o que ocorreu em todos os convites.
 - (C) correto apenas o que ocorreu no primeiro e no terceiro convites.
 - (D) correto apenas o que ocorreu no segundo convite.
 - (E) incorreto o que ocorreu em todos os convites.



37. O Supremo Tribunal Federal, em importante julgamento, considerou legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração pública, dos nomes dos seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias, não havendo qualquer ofensa à Constituição Federal, bem como à privacidade, intimidade e segurança dos servidores. Pelo contrário, trata-se de observância a um dos princípios básicos que regem a atuação administrativa, qual seja, o princípio específico da
- (A) proporcionalidade.
 - (B) eficiência.
 - (C) presunção de legitimidade.
 - (D) discricionariedade.
 - (E) publicidade.

38. Considere:

- I. Independente de a pessoa satisfazer as condições legais, ela faz jus à prestação do serviço público, não podendo haver distinção de caráter pessoal.
- II. Um dos princípios que regem os serviços públicos denomina-se mutabilidade do regime jurídico, segundo o qual admitem-se mudanças no regime de execução do serviço para adaptá-lo ao interesse privado, que é variável no tempo.
- III. O princípio da continuidade do serviço público tem aplicação especialmente com relação aos contratos administrativos e ao exercício da função pública.

No que concerne aos princípios inerentes ao regime jurídico dos serviços públicos, está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) I e II.
- (E) III.

39. Em janeiro de 2012, Maria, servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, foi punida com a penalidade de advertência. Em março de 2014, isto é, após o decurso de dois anos de efetivo exercício, sendo que, nesse período, não praticou qualquer infração disciplinar, pelo contrário, teve histórico exemplar, elogiado pelos seus superiores, a servidora pleiteou que a penalidade tivesse seu registro cancelado, inclusive com efeitos retroativos. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,

- (A) o prazo está correto, no entanto, não é possível com efeitos retroativos.
- (B) é cabível o pleito de Maria.
- (C) apenas o prazo para pleitear o cancelamento da penalidade está incorreto.
- (D) o prazo para pleitear o cancelamento da penalidade está incorreto, além de não poder ser com efeitos retroativos.
- (E) Maria não é parte legítima para pleitear o cancelamento, vez que tal atribuição deve ser efetivada pela própria Administração pública, *ex officio*.

40. Henrique, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região, adquiriu, no exercício de seu cargo, bens de valor desproporcional à evolução do seu patrimônio. Em razão disso, foi processado por improbidade administrativa, sendo condenado às respectivas sanções, dentre elas, uma de natureza pecuniária. Assim, foi condenado à perda do valor acrescido ilicitamente ao seu patrimônio, no montante de quinhentos mil reais. No entanto, após a sentença condenatória, Henrique faleceu e o único imóvel deixado foi um apartamento avaliado em um milhão de reais. Henrique deixou um único herdeiro, seu filho Gael. Nesse caso, Gael

- (A) responderá pela sanção pecuniária até o valor de quinhentos mil reais.
- (B) não responderá pela sanção pecuniária, haja vista a natureza do ato ímprobo praticado (ato que importa enriquecimento ilícito), respondendo, no entanto, pelas demais sanções impostas a Henrique.
- (C) não está sujeito às cominações da Lei de Improbidade.
- (D) responderá pela sanção pecuniária no valor de um milhão de reais, tendo em vista o valor do imóvel deixado por Henrique, que é bem líquido.
- (E) está sujeito a todas as cominações previstas na Lei de Improbidade, em razão da natureza do ato ímprobo praticado.

**Noções de Direito do Trabalho**

41. Carina, empregada da empresa X, estava em gozo de licença maternidade. Após 45 dias da cessação do referido benefício previdenciário, Carina não retornou ao serviço, nem justificou o motivo de não o fazer. Neste caso, de acordo com entendimento Sumulado do TST,
- (A) ocorrerá a imediata rescisão do contrato de trabalho de Carina, tendo em vista que o prazo máximo para o seu retorno após a cessação do benefício previdenciário é de quinze dias.
 - (B) somente após sessenta dias da cessação do benefício previdenciário sem o retorno injustificado de Carina é que presumir-se-á o abandono de emprego.
 - (C) somente após noventa dias da cessação do benefício previdenciário sem o retorno injustificado de Carina é que presumir-se-á o abandono de emprego.
 - (D) a empresa X deverá notificar formalmente Carina para que retorne ao trabalho, enviando obrigatoriamente cópia da referida notificação ao INSS.
 - (E) presume-se abandono de emprego, podendo ocorrer a rescisão do contrato de trabalho de Carina com justa causa.

42. No tocante às férias, considere:
- I. É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo legal para pagamento.
 - II. O empregado que tiver onze faltas injustificadas no curso do período aquisitivo terá direito a vinte e quatro dias corridos de férias.
 - III. O empregado que tiver quinze faltas injustificadas no curso do período aquisitivo terá direito a dezoito dias corridos de férias.
 - IV. Não terá direito à férias o empregado que, no curso do período aquisitivo deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de quinze dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

43. No tocante ao intervalo para repouso e alimentação, considere:
- I. A não-concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados urbanos e rurais, implica o pagamento do período apenas suprimido, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho, sem prejuízo do cômputo da efetiva jornada de labor para efeito de remuneração.
 - II. É válida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a redução do intervalo intrajornada, tratando-se de direito disponível passível de ser negociado coletivamente.
 - III. Ultrapassada habitualmente a jornada de seis horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional na forma legal.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) III.
- (D) II e III.
- (E) I e III.



44. De acordo com o artigo 58 *caput* da Consolidação das Leis do Trabalho “a duração normal do trabalho, para os empregados em qualquer atividade privada, não excederá de oito horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite”. Segundo entendimento Sumulado do TST, para estes empregados quando sujeitos a 40 horas semanais de trabalho, para o cálculo do valor do salário-hora aplica-se o divisor
- (A) 200.
(B) 220.
(C) 176.
(D) 160.
(E) 170.
-
45. Estabelecida jornada superior a seis horas e limitada a oito horas por meio de regular negociação coletiva, os empregados submetidos a turnos ininterruptos de revezamento
- (A) têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras, sendo devido o referido adicional em sua integralidade.
(B) não têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.
(C) têm direito ao pagamento apenas da 7ª hora como extra.
(D) têm direito ao pagamento apenas da 8ª hora como extra.
(E) têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras, sendo devido apenas 50% do referido adicional.
-
46. No tocante à prescrição, considere:
- I. Tratando-se de pedido de diferença de gratificação semestral que teve seu valor congelado, a prescrição aplicável é a parcial.
II. Respeitado o biênio subsequente à cessação contratual, a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data do ajuizamento da reclamação e não às anteriores ao quinquênio da data da extinção do contrato.
III. Tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é parcial, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e III.
(B) I.
(C) I e II.
(D) II e III.
(E) III.
-
47. De acordo com a Lei Complementar nº 150 de 2015, no tocante às férias do empregado doméstico é INCORRETO afirmar que
- (A) o abono de férias deverá ser requerido até sessenta dias antes do término do período aquisitivo.
(B) na cessação do contrato de trabalho, o empregado, desde que não tenha sido demitido por justa causa, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de um doze avos por mês de serviço ou fração superior a 14 dias.
(C) o período de férias poderá, a critério do empregador, ser fracionado em até 2 períodos, sendo 1 deles de, no mínimo, 14 dias corridos.
(D) é lícito ao empregado que reside no local de trabalho nele permanecer durante as férias.
(E) as férias serão concedidas pelo empregador nos 12 meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.
-
48. Camila foi admitida pela empresa “Z” mediante contrato de trabalho por tempo determinado. Durante a vigência do referido contrato Camila descobriu que está grávida. Neste caso, segundo o entendimento sumulado do TST, Camila
- (A) tem direito à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até seis meses após o parto.
(B) não tem direito à estabilidade provisória tendo em vista que foi contratada por prazo determinado.
(C) somente não terá direito a estabilidade provisória se o contrato por prazo determinado tratar-se de contrato de experiência.
(D) tem direito à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até quatro meses após o parto.
(E) tem direito à estabilidade provisória desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.



49. A empresa "W" pretende instituir Comissão de Conciliação Prévia, porém está com dúvidas a respeito da sua composição. Neste caso, para esclarecer a referida empresa, deve-se informar que, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, a Comissão instituída no âmbito da empresa
- (A) será composta de, no mínimo, três e, no máximo, nove membros.
 - (B) 1/3 de seus membros será indicada pelo empregador.
 - (C) 2/3 de seus membros será indicada pelo empregador.
 - (D) será composta de, no mínimo, dois e, no máximo, dez membros.
 - (E) o mandato dos seus membros, titulares e suplentes, é de três anos.

50. Considere:

- I. Férias.
- II. Ausência do empregado por até dois dias consecutivos em caso de falecimento de ascendente.
- III. Intervalo para refeição e descanso.

Os itens I, II e III são hipóteses de

- (A) suspensão, interrupção e suspensão do contrato de trabalho, respectivamente.
- (B) interrupção do contrato de trabalho.
- (C) suspensão do contrato de trabalho.
- (D) interrupção, interrupção e suspensão do contrato de trabalho, respectivamente.
- (E) suspensão, suspensão e interrupção do contrato de trabalho, respectivamente.

Noções de Direito Processual do Trabalho

51. Maria ajuizou reclamação trabalhista em face de sua ex-empregadora a Empresa "Y" pleiteando diferenças de horas extras e danos morais. A sentença concedeu os benefícios da justiça gratuita à Maria e julgou a reclamação procedente em parte, concedendo apenas as diferenças de horas extras. Sabendo-se que as partes foram intimadas da sentença em 08/10/2015 (5ª feira), através do Diário Oficial; que a Reclamada, inconformada, interpôs Embargos de Declaração em 13/10/2015 (3ª feira), os quais foram acolhidos e julgados improcedentes e intimadas as partes desta decisão na 5ª feira, dia 22/10/2015, também através do Diário Oficial, o prazo final para interposição de Recurso Ordinário é dia
- (A) 26/10/2015 (2ª feira), para ambas as partes, tendo em vista que os Embargos de Declaração acolhidos, mas julgados improcedentes não devolvem integralmente o prazo para interposição do Recurso Ordinário.
 - (B) 30/10/2015 (6ª feira), somente para a Reclamada, que interpôs os Embargos de Declaração. Maria não pode mais ingressar com Recurso Ordinário, pois não observou o prazo legal para sua interposição, não se beneficiando da devolução do prazo dos Embargos de Declaração interpostos pela Reclamada.
 - (C) 30/10/2015 (6ª feira), para ambas as partes, uma vez que os Embargos de Declaração acolhidos mesmo que julgados improcedentes devolvem a totalidade do prazo para Recurso Ordinário.
 - (D) 26/10/2015 (2ª feira), somente para a Reclamada, que já demonstrou seu inconformismo contra a sentença, interpondo Embargos de Declaração, precluindo o direito de Maria em recorrer.
 - (E) 30/10/2015 (6ª feira), para a Reclamada e 09/11/2015 (2ª feira), para a Reclamante, uma vez que é beneficiária da justiça gratuita, possuindo prazo em dobro para recorrer.
52. Ernesto ajuizou reclamação trabalhista em face da Empresa "T", dando à causa o valor de R\$ 20.000,00. Na audiência designada, o advogado de Ernesto informou que sua testemunha Joana, convidada oralmente, não compareceu, razão pela qual requereu a designação de nova data para realização da audiência. Neste caso, o Juiz deverá
- (A) indeferir a designação de nova data para a audiência, pois Ernesto deveria ter arrolado sua testemunha cinco dias antes da data de sua realização.
 - (B) indeferir a designação de nova data para audiência, pois Ernesto deveria comprovar documentalmente o convite para sua testemunha.
 - (C) indeferir a designação de nova data para a audiência, pois Ernesto deveria ter arrolado suas testemunhas com a petição inicial, o que não fez.
 - (D) deferir a designação de nova audiência, pois no processo trabalhista as testemunhas comparecerão à audiência independentemente de notificação ou intimação, podendo ser intimadas as que não comparecerem, a requerimento da parte.
 - (E) deferir a designação de nova audiência, pois no processo trabalhista o reclamante e o reclamado comparecerão à audiência acompanhados de suas testemunhas, apresentando, nesta ocasião, as demais provas, sendo facultada a redesignação de nova data, se solicitado pelas partes, ante o não comparecimento de suas testemunhas.



53. No tocante aos recursos no processo do trabalho e de acordo com a legislação trabalhista, considere:
- I. O agravo de instrumento, em regra, se destina a destrancar despachos que denegarem seguimento a interposição de recursos, não se destinando a atacar decisões interlocutórias, uma vez que estas são irrecorríveis de imediato.
 - II. Os termos de conciliação homologados pela Justiça do Trabalho são irrecorríveis, salvo para a Previdência Social, quanto às contribuições que lhe forem devidas.
 - III. O recurso extraordinário não é cabível na Justiça do Trabalho, uma vez que não está previsto no rol dos recursos previstos na CLT (embargos, recurso ordinário, recurso de revista e agravo).
 - IV. Havendo recurso, as custas devidas para a parte que for obrigada ao seu recolhimento, deverão ser pagas e comprovadas dentro do prazo recursal, sob pena de deserção.

Está correto o que consta em

- (A) III e IV, apenas.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) II, III e IV, apenas.

54. Na reclamação trabalhista movida contra a Empresa "S", Leila está assistida pelo sindicato de sua categoria profissional, alegando que recebe salário de R\$ 1.200,00 mensais e requerendo os benefícios da justiça gratuita, comprovando sua condição de miserabilidade, não podendo suportar o ônus da condenação sem prejuízo de seu próprio sustento. Neste caso, sendo julgada procedente a reclamação,

- (A) não há direito ao pagamento de honorários advocatícios, pois pela regra do *jus postulandi*, Leila poderia se fazer representar sozinha no processo do trabalho, tendo sido sua a escolha do patrocínio através de sindicato, portanto, arcará com os honorários devidos, abatidos de seu crédito na condenação.
- (B) caberá condenação somente em honorários advocatícios, pois no caso de assistência pelo sindicato, se defere apenas um dos pedidos.
- (C) caberá somente os benefícios da justiça gratuita, pois a previsão legal é a de que o sindicato deve patrocinar o empregado sem nada receber.
- (D) não há direito aos honorários advocatícios, pois Leila recebe mais do que um salário mínimo.
- (E) caberá condenação em honorários advocatícios, bem como poderá ser deferido os benefícios da justiça gratuita pelo Juiz.

55. Na Justiça do Trabalho, o reclamante incorrerá na perda do direito de reclamar pelo período de seis meses, quando

- (A) tiver distribuído reclamação verbal, deixando de apresentar-se à Secretaria ou ao Cartório para reduzi-la a termo, no prazo de 24 horas, sem justificativa.
- (B) tiver distribuído reclamação verbal, deixando de apresentar-se à Secretaria ou ao Cartório para reduzi-la a termo, no prazo de 48 horas, sem justificativa.
- (C) deixar de comparecer à primeira audiência em que deveria estar presente, sem justificativa, por duas vezes.
- (D) deixar de comparecer à segunda audiência em que deveria estar presente, sem justificativa, estando intimado para prestar depoimento.
- (E) apresentar-se judicialmente sem estar portando um documento de identificação com foto, sem justificativa, por duas vezes.

56. Martin ajuizou ação em face de sua ex-empregadora, a empresa "M", sendo que na audiência as partes se conciliaram amigavelmente, nada sendo convencionado a respeito das custas processuais. Neste caso, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, considerando que o Juiz acolheu o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita formulado na inicial pelo reclamante,

- (A) as custas serão pagas em partes iguais sobre o valor do acordo, pelo reclamante e pela reclamada, sendo Martin dispensado do pagamento.
- (B) as custas serão pagas em partes iguais sobre o valor dado à causa, pelo reclamante e pela reclamada, sendo Martin dispensado do pagamento.
- (C) ficarão as custas a cargo exclusivo da reclamada, sobre o valor do acordo, pois a mesma não pode ser dispensada do seu pagamento.
- (D) ficarão as custas a cargo exclusivo da reclamada, sobre o valor dado à causa, pois a mesma não pode ser dispensada do seu pagamento.
- (E) serão dispensadas ambas as partes do pagamento das custas processuais, tendo em vista a conciliação.



57. No tocante à liquidação de sentença, considere:

- I. A liquidação por cálculos é a mais comum no processo do trabalho; já a liquidação por arbitramento depende, necessariamente, da realização de perícia e, por fim, a liquidação por artigos é a espécie de liquidação realizada quando o credor precisa alegar e provar fato novo para a determinação do valor da condenação.
- II. A liquidação por cálculos é a mais comum no processo do trabalho; já a liquidação por artigos depende, necessariamente, da realização de perícia e, por fim, a liquidação por arbitramento é a espécie de liquidação realizada quando o credor precisa alegar e provar fato novo para a determinação do valor da condenação.
- III. Na liquidação, não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal.
- IV. As partes devem se ater também ao cálculo das contribuições previdenciárias devidas, sendo que, ao não fazê-lo, o Juiz determinará que a Secretaria o faça.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) II e III.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e IV.

58. No tocante ao Processo Judicial Eletrônico, é INCORRETO afirmar que

- (A) a regularidade da juntada da petição e assinatura digital poderão ser atestadas através da verificação de existência de uma imagem iconográfica de um "cadeado fechado" ao lado de cada petição ou documento juntado, concluindo-se com a protocolização.
- (B) mesmo que a peça processual seja endereçada equivocadamente à instância processual não competente, o sistema acusará sua existência, sendo possível ao advogado comprovar o cumprimento do prazo respectivo, havendo seu processamento.
- (C) para a utilização de "sigilo", o advogado deverá apresentar uma justificativa em toda e qualquer petição como preliminar, que será deferido ou não pelo magistrado, sendo vedada a atribuição de "sigilo" para as petições iniciais.
- (D) as partes terão o prazo preclusivo de 30 dias, a contar da ocorrência do fato, para realizarem requerimento de certidões de diagnóstico e auditoria para comprovação nos autos, referentes a eventuais problemas que porventura tenham ocasionado prejuízo processual.
- (E) o advogado poderá até o momento da abertura da respectiva audiência, realizar a juntada de petições ou documentos, ficando vedada a assinatura digital em audiência.

59. Em determinada reclamação trabalhista, na fase de execução de sentença definitiva, foi homologado o valor da condenação em R\$ 100.000,00, tendo sido devidamente citada a executada para pagamento, que demonstrou seu inconformismo com o valor cobrado perante o Sr. Oficial de Justiça. Esgotado seu prazo e sem que a executada pagasse ou indicasse bem à penhora,

- (A) deverá ingressar com exceção de pré-executividade no prazo preclusivo de oito dias, após a penhora de bens, alegando incorreção dos valores cobrados, por medida de economia e celeridade processuais.
- (B) deverá ingressar com Embargos, antes da penhora de bens, alegando a incorreção dos valores cobrados, por medida de economia e celeridade processuais.
- (C) deverá interpôr Agravo de Petição, após a penhora de bens, alegando a incorreção dos valores cobrados.
- (D) o Juiz da Vara determinará a penhora de tantos bens quantos bastem para a satisfação do julgado, sendo que a penhora em dinheiro não é permitida nesta fase.
- (E) o Juiz da Vara determinará a penhora de tantos bens quantos bastem para a satisfação do julgado, podendo ser feita a penhora em dinheiro.

60. A Fazenda Pública, devidamente intimada na pessoa de seu representante judicial, poderá impugnar a execução. Neste caso, a matéria que NÃO poderá ser arguida é

- (A) excesso de execução.
- (B) ilegitimidade de parte.
- (C) falta ou nulidade de citação, se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia.
- (D) desconhecimento do exequente.
- (E) cumulação indevida de execuções.



DISCURSIVA – REDAÇÃO

Atenção:

Conforme Edital do Concurso, Capítulo X, itens:

“10.5. Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.6. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva – Redação pela Banca Examinadora. 10.7. Na Prova Discursiva – Redação deverão ser rigorosamente observados os limites: mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8. A Prova Discursiva – Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota **igual ou superior a 60 (sessenta).**”

Observação:

– NÃO é necessária a colocação de título na Prova Discursiva – Redação.

Um condomínio é estruturalmente semelhante a outros redutos cercados, como a prisão, o shopping center e a favela. Seus muros não têm apenas a função defensiva de nos proteger: eles criam um senso de exclusividade. Vemos surgir síndicos e muros, mas também uma hipertrofia de regras, regulamentos e estatutos que exigem um contínuo processo de autoadequação.

A expansão da vida em forma de condomínio tornou o medo, que justifica os muros, e a inveja, que é a satisfação dos que estão dentro e fantasiam que os de fora querem entrar, nossos afetos políticos dominantes.

(Adaptado de: DUNKER, Christian Ingo Lenz. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1915>)

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

O medo e a inveja em uma sociedade segmentada.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30